



## AGENTE DE PROMOTORIA ASSESSORIA - ASS

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Você recebeu do fiscal:
  - Um *caderno de questões* contendo 80 (oitenta) questões objetivas de múltipla escolha;
  - Um *cartão de respostas* personalizado.
- **É responsabilidade do candidato certificar-se de que o nome do cargo/nome da função/código da função e o gabarito informado nesta capa de prova corresponde ao nome do cargo/nome da função/código da função e o gabarito informado em seu *cartão de respostas*.**
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no *caderno de questões* se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de **quatro horas e trinta minutos** para fazer a Prova Objetiva. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Este **tempo** inclui a marcação do *cartão de respostas*.
- Após o início da prova, será efetuada a coleta da impressão digital de cada candidato (Edital 01/2007 – Subitem 9.9 alínea *a*).
- Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu *cartão de respostas* da Prova Objetiva e retirar-se da sala de prova (Edital 01/2007 – Subitem 9.9 alínea *c*).
- Somente será permitido levar seu *caderno de questões da Prova Objetiva* faltando 20 (vinte) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova (Edital 01/2007 – Subitem 9.9 alínea *d*).
- **Não** será permitido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no *cartão de respostas*. (Edital 01/2007 – subitem 9.9 alínea *e*).
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal o *cartão de respostas* devidamente *assinado*.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do **responsável pelo local**.

### INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no *cartão de respostas*. Solicite ao fiscal para efetuar as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Leia atentamente cada questão e assinale no *cartão de respostas* a alternativa que mais adequadamente a responde.
- O *cartão de respostas* **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no *cartão de respostas* é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



### CRONOGRAMA PREVISTO

ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva (PO)	11/12/2007	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a>
Interposição de recursos contra o gabarito preliminar (RG) da PO	12 e 13/12/2007	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a> Fax.: (21) 2598-3300
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os RG da PO e o resultado preliminar das PO	15/01/2008	<a href="http://www.nce.ufrj.br/concursos">www.nce.ufrj.br/concursos</a>

**Demais atividades consultar Manual do Candidato ou endereço eletrônico [www.nce.ufrj.br/concursos](http://www.nce.ufrj.br/concursos)**

## LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1 - JUDICIÁRIO E O COMBATE À VIOLÊNCIA <sup>(adaptado)</sup>Walter Nunes da Silva Júnior, *O Globo*, 27/10/2007

A morosidade do Judiciário, que está diretamente associada ao sentimento de impunidade, se reaviva sempre que algum caso de corrupção é denunciado ou o autor de um homicídio bárbaro é solto, apesar de o senso comum apontar para a grave ameaça que este representa à sociedade. É um tema recorrente que desafia os magistrados a identificar causas e buscar soluções.

O ponto de partida é a análise da duração do processo judicial, com a discussão das diversas noções de “tempo razoável” para a magistratura, mídia, sociedade, o Parlamento e o empresariado. O debate dessa questão nasce da necessidade de se buscar um entendimento comum sobre um problema cuja solução envolve vários fatores e atores, entre os quais os juízes. (...)

Certamente, os diversos níveis de complexidade de uma causa são determinantes na duração do processo. Aqueles contra o crime organizado, pelas inúmeras conexões e atividades ilícitas envolvidas, não podem ser resolvidos com a mesma rapidez que se espera quando se trata de um furto simples. O inadmissível é que um processo, de qualquer natureza, esteja em tramitação pelos tribunais há mais de uma década, o que não é tão raro de ocorrer em nosso país.

Algumas causas dessa morosidade são conhecidas. A permanência de um processo penal anacrônico. Chegamos ao ponto em que a sentença do juiz é um “nada jurídico”, porque há inúmeras maneiras de fazer transferir-se o seu cumprimento.

Os juízes federais estão empenhados em mudar essa situação. A reforma do Processo Penal é uma das iniciativas mais importantes para pôr fim ao sentimento de impunidade. (...)

Rever os critérios estabelecidos para a decretação da prisão preventiva, redefinir o papel da fiança e dotar a sentença condenatória de primeiro grau de maior eficácia são algumas das medidas fundamentais para minorar a sensação de impunidade que angustia a todos. A apreciação dessas matérias é um compromisso dos parlamentares para com a sociedade.

1- No primeiro parágrafo do texto, seu autor defende a idéia de que:

- (A) a impunidade leva à morosidade do Judiciário;
- (B) a associação entre a morosidade do Judiciário e a impunidade é injusta;
- (C) o senso comum mostra que o Judiciário é causa da impunidade;
- (D) o tema da morosidade do Judiciário ressurge sempre que fatos reafirmam a impunidade de alguns;
- (E) os magistrados devem combater a impunidade e, assim, reduzir a morosidade do Judiciário.

2 - “A morosidade do Judiciário, que está diretamente associada ao sentimento de impunidade, se reaviva sempre que algum caso de corrupção é denunciado ou o autor de um homicídio bárbaro é solto, apesar de o senso comum apontar para a grave ameaça que este representa à sociedade”; nesse segmento do texto, o pronome anafórico *este* se refere ao seguinte elemento anterior:

- (A) senso comum;
- (B) homicídio bárbaro;
- (C) caso de corrupção;
- (D) autor de um homicídio;
- (E) sentimento de impunidade.

3 - “algum caso de corrupção é denunciado ou o autor de um homicídio bárbaro é solto”; nesse segmento do texto, o autor preferiu a voz passiva e, com isso:

- (A) mostrou os fatos como realizados em passado distante;
- (B) evitou identificar os agentes das ações realizadas;
- (C) não pôde identificar os autores das ações realizadas;
- (D) recusou-se a apontar o Judiciário como culpado pelas ações realizadas;
- (E) indicou a sociedade como provável agente das ações realizadas.

4 - “É um tema recorrente que desafia os magistrados a identificar causas e buscar soluções”; uma forma de reescrever-se essa frase do texto que mantém o seu sentido original é:

- (A) É um tema recorrente que desafia os magistrados a identificar e buscar, respectivamente, causas e soluções;
- (B) É um tema recorrente em que os magistrados são desafiados a identificar causas e buscar soluções;
- (C) É um tema recorrente desafiador dos magistrados e identificador de causas em busca de soluções;
- (D) Identificar causas e buscar soluções é o tema recorrente a que os magistrados são desafiados;
- (E) É um tema recorrente desafiador dos magistrados que identificam causas e buscam soluções.

5 - O texto deve ser classificado como argumentativo; a característica abaixo que **não** está adequada a esse texto 1 é:

- (A) o autor está interessado em convencer o leitor de alguma coisa;
- (B) o autor procura persuadir o leitor por meio de recursos de natureza lógica e lingüística;
- (C) os procedimentos argumentativos do texto têm em vista levar o leitor a crer naquilo que o texto diz e a fazer aquilo que ele propõe;
- (D) o autor do texto confirma com exemplos concretos adequados às afirmações feitas no corpo do texto;
- (E) a tese identificada no texto é a de que há necessidade imperiosa de combater-se o sentimento de impunidade, associada à morosidade do Judiciário.

6- Na leitura de texto, o leitor deve fazer inferências do que ali é afirmado para assim receber todas as informações nele veiculadas; a inferência que **não** pode ser feita do segmento destacado do texto é:

- (A) “Algumas das causas dessa morosidade são conhecidas”, de onde se infere que é possível haver outras causas desconhecidas;
- (B) “Os juízes federais estão empenhados em mudar essa situação”, de onde se infere que a situação vai ser mudada;
- (C) “A reforma do Processo Penal é uma das iniciativas mais importantes para pôr fim ao sentimento de impunidade”, de onde se infere que há outras iniciativas importantes nessa área;
- (D) “O ponto de partida é a análise de duração do processo judicial”, de onde se infere que há outros pontos a serem abordados;
- (E) “O debate dessa questão nasce da necessidade de se buscar um entendimento comum sobre um problema cuja solução envolve vários fatores e atores, entre os quais os juízes”, de onde se infere que, sem um entendimento comum, o problema discutido não terá solução.

7 - Um dos fatores que dá coerência a um texto é a presença de vocábulos de um mesmo campo semântico, como ocorre no texto desta prova com a seleção do vocabulário da área de Direito (jargão jurídico); a alternativa em que **não** ocorre um exemplo desse vocabulário jurídico é:

- (A) “O debate dessa questão nasce da necessidade de se buscar um entendimento comum sobre um problema cuja solução envolve vários fatores e atores, entre os quais os juízes”;
- (B) “Certamente, os diversos níveis de complexidade de uma causa são determinantes na duração do processo. Aqueles contra o crime organizado, pelas inúmeras conexões e atividades ilícitas envolvidas, não podem ser resolvidos com a mesma rapidez que se espera quando se trata de um furto simples”;
- (C) “O inadmissível é que um processo, de qualquer natureza, esteja em tramitação pelos tribunais há mais de uma década, o que não é tão raro de ocorrer em nosso país”;
- (D) “Algumas causas dessa morosidade são conhecidas. A permanência de um processo penal anacrônico. Chegamos ao ponto em que a sentença do juiz é um “nada jurídico”, porque há inúmeras maneiras de fazer transferir-se o seu cumprimento”;
- (E) “Rever os critérios estabelecidos para a decretação da prisão preventiva, redefinir o papel da fiança e dotar a sentença condenatória de primeiro grau de maior eficácia são algumas das medidas fundamentais”.

8 - “A reforma do Processo Penal é uma das iniciativas mais importantes para pôr fim ao sentimento de impunidade”; temos, nesse segmento um exemplo de grau superlativo de um adjetivo. Num outro texto jornalístico aparecia o seguinte: “A modelo Giselle Bunchen estava presente ao desfile e, como sempre, chiqueríssima!” A frase traz uma forma superlativa, sobre a qual pode-se afirmar que:

- (A) representa uma forma irônica que, no fundo, critica o excesso de sofisticação da modelo;
- (B) se trata de uma forma erudita de formação dos superlativos;
- (C) mostra uma forma que não obedece à formação padrão dos superlativos de adjetivos como *chique*;
- (D) por tratar-se de um estrangeirismo, a formação do superlativo é obrigatoriamente diferente;
- (E) em se tratando de um adjetivo característico do vocabulário popular, o sufixo *-ésimo* deve ser utilizado.

9 - “A morosidade do Judiciário está diretamente associada ao sentimento de impunidade”; esse mesmo segmento poderia ser escrito, transformando o advérbio em *-mente* em adjetivo e o verbo em substantivo, da seguinte forma: A morosidade do Judiciário tem associação direta com o sentimento de impunidade. A frase em que a transformação realizada **não** seguiu esse padrão é:

- (A) Acreditou que venceria facilmente = acreditou em fácil vitória;
- (B) O problema precisa ser resolvido urgentemente = o problema precisa ser resolvido com urgência;
- (C) Essa situação precisa ser analisada detalhadamente = essa situação precisa de uma análise detalhada;
- (D) Fala-se de a fábrica ser inaugurada brevemente = fala-se da inauguração breve da fábrica;
- (E) Comenta-se que Zumbi morreu heroicamente = comenta-se a morte heróica de Zumbi.

10 - “O ponto de partida é a análise da duração do processo judicial...”; esse segmento do texto traz a seguinte informação, explícita ou implícita:

- (A) o fato de indicar a análise da duração do processo judicial como “ponto de partida” mostra que há outros pontos a analisar;
- (B) a análise da duração do processo judicial é somente a parte menos importante de todo o trabalho;
- (C) a análise de duração de um processo é feita no próprio processo judicial, daí que seja o ponto de partida para o trabalho a ser feito;
- (D) a duração do processo judicial é a causa de todos os problemas que afetam o Judiciário;
- (E) o ponto de partida de um processo judicial é a análise de sua duração.

11 - “atividades ilícitas envolvidas”; numa frase formada por um verbo na forma negativa seguida de um adjetivo, pode-se passar a negação para o prefixo *-im, i, in* anexo ao adjetivo: não foi perfeito = foi imperfeito. A frase abaixo em que essa substituição foi feita de forma equivocada é:

- (A) A vitória não será possível = a vitória será impossível;
- (B) A alma não é mortal = a alma é imortal;
- (C) Os juízes não se mostraram capazes = os juízes se mostraram incapazes;
- (D) A decisão não parece madura = a decisão parece imatura;
- (E) A resposta não foi precisa = a resposta foi imprescindível.

12 - “Chegamos ao ponto em que a sentença do juiz é um “nada jurídico”, porque há inúmeras maneiras de fazer transferir-se o seu cumprimento”; a sentença do juiz é um “nada jurídico” porque:

- (A) a sociedade não atribui valor a ela;
- (B) não causa efeitos práticos;
- (C) não está disciplinada na lei;
- (D) a sentença é geralmente desrespeitada;
- (E) ninguém fiscaliza a aplicação da sentença.

## TEXTO 2 - EM NOME DO POVO

*O Globo, 27/10/2007*

Embora aprovado pela Constituinte de 1987, o direito de greve do funcionalismo transitou fagueiramente à margem da regulamentação da Carta promulgada em 1988, para a alegria de sindicatos e corporações que povoam o serviço público. Os servidores se firmaram como uma casta no país por leniência das legislaturas que povoaram o Congresso durante todo esse tempo, e dos governos desde então - Sarney, Collor, Itamar, FH e Lula; este prometeu e ainda não fez, por pressão dos aliados sindicalistas.

Além de terem direito a emprego vitalício e aposentadoria integral, os servidores se tornaram, por causa dessa omissão da elite dirigente, a única categoria a fazer greve sem risco - independentemente do setor no qual trabalham, seja em serviços essenciais ou não. O inaceitável privilégio durou até a decisão do STF, confirmada na quinta-feira, que determinou o óbvio: enquanto o Congresso não fizer o seu trabalho de regulamentar esse artigo essencial da Constituição, o funcionalismo obedecerá à lei 7.783, a chamada Lei de Greve, a que se submetem milhões de mortais, aqueles que labutam na iniciativa privada.

Dirão, como tem sido praxe, que mais uma vez o Poder Judiciário avançou sobre o espaço do Congresso. Pode ter sido. Porém, o veredicto preenche grave lacuna criada pela leniência do Executivo e do Legislativo. Justifica-se, portanto, a iniciativa do Supremo, tomada a partir de ações impetradas por sindicatos. Não foi uma leniência qualquer, mas fruto da capacidade de pressão que têm as corporações sobre o Congresso e sobre o Executivo. (...)

Antes de tudo, o STF zelou pelo bem-estar da população, principalmente a de baixa renda, a maior vítima todas as vezes que serviços essenciais no INSS, na Saúde e em outras repartições públicas são suspensos por sindicatos.

Enfim, os servidores, levados pelas mãos da Justiça, acabam de desembarcar no Brasil real.

**13** - Segundo o conteúdo do texto, o título dado ao artigo do jornal se justifica porque:

- (A) o jornal protesta, em nome do povo, contra os privilégios - ainda existentes - dos funcionários públicos;
- (B) em nome do povo, o STF acabou com alguns privilégios dos funcionários públicos em relação ao direito de greve;
- (C) em nome do povo, o Legislativo estabeleceu alterações no direito de greve do funcionalismo público;
- (D) os últimos governos, em nome do povo, mantiveram inalterada a Lei de Greve dos funcionários públicos;
- (E) os sindicatos e as corporações agradecem, em nome do povo, a manutenção da Lei de Greve por tantos anos.

**14** - O segmento do texto que **não** trata os funcionários públicos como privilegiados é:

- (A) “Os servidores se firmaram como uma casta no país”;
- (B) “Enfim, os servidores, levados pelas mãos da Justiça, acabam de desembarcar no Brasil real”;
- (C) “a única categoria a fazer greve sem risco”;
- (D) “Além de terem direito a emprego vitalício e aposentadoria integral...”;
- (E) “Não foi uma leniência qualquer, mas fruto da capacidade de pressão que têm as Corporações sobre o Congresso”.

**15** - “Embora aprovado pela Constituinte de 1987, o direito de greve do funcionalismo transitou fagueiramente à margem da regulamentação da Carta promulgada em 1988, para a alegria de sindicatos e corporações que povoam o serviço público”; esse primeiro período do texto informa aos leitores que:

- (A) o direito de greve do funcionalismo público não foi regulamentado pelo Congresso, ainda que aprovado pela Constituinte de 1987;
- (B) sindicatos e corporações aprovaram a regulamentação do direito de greve do funcionalismo público, pois a lei os privilegiava;
- (C) os funcionários públicos conseguiram, na regulamentação da Carta de 1988, manter os privilégios obtidos na Constituinte de 1987;
- (D) a regulamentação da Carta promulgada em 1988 contrariou a Constituinte de 1987 no que dizia respeito ao direito de greve do funcionalismo público;
- (E) o Congresso aliou-se aos sindicatos e corporações do serviço público para que fosse aprovada e regulamentada uma lei cheia de privilégios.

**16** - A compreensão do significado dos vocábulos presentes num texto é de extrema importância para a sua compreensão; indique a alternativa em que o significado do vocábulo sublinhado está indicado de forma correta:

- (A) “transitou fagueiramente à margem da regulamentação” = displicentemente;
- (B) “se firmaram como uma casta no país por leniência das legislaturas” = despreparo;
- (C) “como tem sido praxe” = hábito;
- (D) “ações impetradas por sindicatos” = influenciadas;
- (E) “determinou o óbvio” = necessário.

**17** - O presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, comparou as greves do funcionalismo a “férias remuneradas”; nesse caso, podemos dizer que o presidente:

- (A) apóia, com sua opinião, os privilégios dos funcionários públicos;
- (B) reafirma a opinião de sindicatos e corporações;
- (C) mantém-se neutro na discussão, por pressão dos sindicalistas;
- (D) opõe-se à posição do jornalista autor do texto 2, com ressalvas;
- (E) faz coro com as opiniões expressas no texto 2.

**18** - “Dirão, como tem sido praxe, que mais uma vez o Poder Judiciário avançou sobre o espaço do Congresso”; sobre esse segmento do texto, pode-se afirmar que:

- (A) mostra a tese de quem se opõe à greve dos funcionários;
- (B) apresenta um argumento contrário à decisão do STF;
- (C) indica a posição do Legislativo diante do Executivo;
- (D) destaca um argumento do STF para sua decisão;
- (E) assinala o argumento do Judiciário diante do Congresso.

**19** - “Enfim, os servidores, levados pelas mãos da Justiça, acabam de desembarcar no Brasil real”; a figura de linguagem que está presente nesse segmento do texto, entre as que estão abaixo, é:

- (A) metáfora;
- (B) perífrase;
- (C) paradoxo;
- (D) personificação;
- (E) hipérbato.

**20** - O “Brasil real”, a que alude a última frase do texto se opõe ao:

- (A) Brasil dos funcionários públicos;
- (B) Brasil dos tempos ditatoriais;
- (C) Brasil dos que labutam na iniciativa privada;
- (D) Brasil de 1987 a 2007;
- (E) Brasil do STF.

**21** - “Sarney, Collor, Itamar, FH e Lula; este prometeu e ainda não fez”; o princípio gramatical que justifica a presença do demonstrativo ESTE, nessa situação textual, é que deve usar-se esse pronome para indicar:

- (A) a pessoa ou objeto que está perto da pessoa que fala;
- (B) a pessoa ou objeto que está perto da pessoa com quem se fala;
- (C) tempo presente;
- (D) uma referência posterior;
- (E) o último dos elementos de uma enumeração.

22 - A alternativa em que a conjunção E tem valor adversativo é:

- (A) "...para a alegria de sindicatos e corporações...";
- (B) "este prometeu e ainda não fez";
- (C) "Além de terem direito a emprego vitalício e aposentadoria integral";
- (D) "grave lacuna criada pela leniência do Executivo e do Legislativo";
- (E) "serviços essenciais no INSS, na Saúde e em outras repartições públicas".

23 - A alternativa que mostra no texto uma forma de voz passiva é:

- (A) "Dirão, como tem sido praxe...";
- (B) "Justifica-se, portanto, a iniciativa do Supremo...";
- (C) "este prometeu e ainda não fez";
- (D) "a que se submetem milhões de mortais";
- (E) "Os servidores se firmaram como uma casta no país...".

24 - "...enquanto o Congresso não fizer o seu trabalho..."; a forma verbal sublinhada está no futuro do subjuntivo. A alternativa abaixo que apresenta uma forma **errada** do verbo indicado nesse mesmo tempo verbal é:

- (A) ver = vir;
- (B) requerer = requisier;
- (C) manter = mantiver;
- (D) haver = houver;
- (E) rir = rir.

## CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25 - Quando há mais de um aplicativo sendo executado simultaneamente no sistema Windows, a combinação de teclas que permite comutar de um para outro é:

- (A) Ctrl - Alt - Del;
- (B) Alt - Tab;
- (C) Ctrl - C;
- (D) Ctrl - F1;
- (E) Alt - Ctrl.

26 - Uma das características do Windows é que programas podem utilizar diferentes dispositivos, tais como impressoras, monitores, placas de som, de diferentes fabricantes, sem que seja preciso alterar esses programas em virtude das peculiaridades de cada dispositivo. Os artefatos que permitem isso são conhecidos pelo nome de:

- (A) thread;
- (B) utilitário;
- (C) driver;
- (D) dll;
- (E) componente.

27 - Considere uma pasta do MS Excel contendo três planilhas: Plan1, Plan2 e Plan3, sendo Plan1 a planilha ativa no momento. A fórmula que resulta na soma das células B3 e B2 das planilhas Plan1 e Plan2 respectivamente é:

- (A) =B2+B3
- (B) =Plan2!B2+Plan1!B3
- (C) =Plan2>B2+B3
- (D) =Plan2..B2+Plan1..B3
- (E) =\$Plan2\$B2+B3

28 - Considere uma empresa que possui uma pasta pública de arquivos no Windows, de uso comum, à qual todos os funcionários têm acesso. Considere ainda que há três categorias de arquivos MS Word nessa pasta:

- I - arquivos de livre acesso, tanto para leitura como gravação;
- II - arquivos que podem ser lidos por todos mas não podem ser modificados;
- III - arquivos que podem ser lidos por alguns grupos de pessoas mas não podem ser modificados;
- IV - arquivos que não podem ser lidos nem modificados por usuários que não disponham de senha secreta.

As categorias de segurança que podem ser implementadas no âmbito do MS Word, sem auxílio do sistema de segurança e privacidade de pastas e arquivos do Windows são:

- (A) I e IV apenas;
- (B) I, II e III apenas;
- (C) I, II e IV apenas;
- (D) I, III e IV apenas;
- (E) I, II, III e IV.

29 - Considere as seguintes afirmativas sobre segurança quando da navegação através de um browser como o MS Internet Explorer:

- I - Uma conexão é dita segura quando se faz através da troca de dados criptografados entre o website visitado e o Internet Explorer da sua máquina. A codificação criptográfica faz-se através de um certificado;
- II - Numa conexão segura, terceiros não têm meios para descobrir o website que está sendo visitado;
- III - O prefixo www indica conexões não seguras e o prefixo http indica conexões seguras;
- IV - Um website não pode oferecer conteúdo seguro e não seguro no decorrer de uma mesma sessão de uso.

Pode-se concluir que:

- (A) nenhuma afirmativa está correta;
- (B) somente a afirmativa I está correta;
- (C) somente as afirmativas I, II, e III estão corretas;
- (D) somente as afirmativas I, III e IV estão corretas;
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

**30** – Considere as seguintes afirmativas sobre cookies:

- I – Cookies são páginas Web personalizadas que são invocadas quando um usuário se cadastra num site.
- II – Cookies são armazenados no servidor Web e não na máquina de onde é feito o acesso Web.
- III – A armazenagem do conteúdo de um carrinho de compras num site de compras é um típico exemplo do emprego de cookies.

Pode-se concluir que:

- (A) nenhuma afirmativa está correta;
- (B) somente a afirmativa I está corretas;
- (C) somente a afirmativa II está correta;
- (D) somente a afirmativa III está correta;
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**31** – Considere as seguintes afirmativas quanto aos Princípios Constitucionais do Direito Administrativo:

- I – O princípio da legalidade constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais, por isso, a Administração Pública só pode fazer ou deixar de fazer o que a lei não proíba.
- II – O princípio da impessoalidade está atrelado à neutralidade da atividade administrativa, que se orienta no sentido da realização do interesse público, sendo os atos administrativos imputáveis ao funcionário que os pratica e não ao órgão ou entidade administrativa.
- III – O princípio da eficiência orienta a atividade administrativa no sentido de alcançar os melhores resultados, considerando-se o modo de organizar e estruturar a Administração Pública para a prestação de serviços públicos de qualidade em condições econômicas.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e II;
- (E) II e III.

**32** – No que tange à invalidação e revogação dos atos administrativos é correto afirmar que:

- (A) a anulação feita pela própria Administração, com base no seu poder de auto-tutela, depende de provocação do interessado;
- (B) a revogação é o instrumento utilizado pelo administrador público para retirar do mundo jurídico um ato administrativo por razões de ilegalidade;
- (C) a anulação é privativa do Judiciário e a revogação ocorre no âmbito da Administração;
- (D) a revogação é o ato administrativo vinculado pelo qual a Administração extingue um ato válido por razões de oportunidade e conveniência;
- (E) a revogação, prerrogativa exclusiva da Administração, não desconstitui efeitos passados, portanto, tem eficácia *ex nunc*.

**33** – A autorização e a licença são, respectivamente, atos administrativos:

- (A) constitutivo e declaratório;
- (B) enunciativo e constitutivo;
- (C) declaratório e enunciativo;
- (D) enunciativo e declaratório;
- (E) declaratório e constitutivo.

**34** – São bens da União, na sua totalidade, de acordo com a Constituição Federal, **exceto**:

- (A) o mar territorial;
- (B) terras devolutas;
- (C) os potenciais de energia hidráulica;
- (D) os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- (E) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

**35** – Sobre o uso especial privativo de bens públicos por particulares é correto afirmar que:

- (A) a concessão do direito real de uso transfere a propriedade do bem público, desde que haja incentivo à edificação em determinada área;
- (B) na permissão de uso o interesse que predomina é o privado, tendo o permissionário a faculdade de utilizar o bem para o fim predeterminado;
- (C) a concessão de uso é formalizada mediante contrato administrativo oneroso ou gratuito, por prazo certo ou indeterminado;
- (D) a enfiteuse é o instituto pelo qual o Estado confere ao particular os poderes inerentes ao domínio útil de bem público, sendo o direito real intransferível;
- (E) a autorização de uso é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, dispensa autorização legislativa e não cria para o usuário um dever de utilização.

**36** – Sobre a modalidade de licitação denominada pregão, é **incorreto** afirmar que:

- (A) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;
- (B) as exigências de garantia de proposta e aquisição do edital pelos licitantes como condição para participação no certame são vedadas;
- (C) o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes de habilitação dos três primeiros licitantes classificados na etapa de julgamento das ofertas para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;
- (D) o pregão comporta propostas por escrito e, ainda, envolve a formulação de novas proposições (lances) sob forma verbal ou por via eletrônica;
- (E) os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

37 – São exemplos de ato administrativo discricionário e vinculado, respectivamente:

- (A) licença / permissão;
- (B) autorização / homologação;
- (C) homologação / visto;
- (D) permissão / aprovação;
- (E) admissão / autorização.

38 – Quanto aos bens públicos é correto afirmar que:

- (A) não podem ser alienados a terceiros;
- (B) os veículos oficiais, entre outros, são de uso especial;
- (C) os bens dominicais são indisponíveis;
- (D) as ruas, ilhas oceânicas e bibliotecas são bens de uso comum do povo;
- (E) os bens de uso comum do povo não podem sofrer alteração em sua finalidade.

39 – No que diz respeito aos contratos administrativos, com base na Lei Federal nº 8666/93, considere as seguintes afirmativas:

- I – A declaração de nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, uma vez que o ato nulo não produz efeitos.
- II – Quando o licitante vencedor regularmente convocado para assinar o termo de contrato, não comparece no prazo estabelecido, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrarem contrato, de acordo com as propostas por eles apresentadas.
- III – Na contratação de obras de grande vulto e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia contratual na modalidade seguro-garantia.

Está **incorreto** o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

40 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei Federal nº 8666/93 cabem recurso no prazo de:

- (A) 10 dias úteis, nos casos de anulação da licitação;
- (B) 5 dias, no caso de indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral;
- (C) 2 dias úteis, no caso de habilitação ou inabilitação de licitante, nas licitações na modalidade carta convite;
- (D) 10 dias úteis no caso de rescisão de contrato nas licitações na modalidade concorrência;
- (E) 3 dias úteis, no caso de julgamento das propostas nas licitações na modalidade carta convite.

## LEGISLAÇÃO

41 – As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego, podem ser propostas:

- (A) até dez anos após o término do exercício da atividade pública, independentemente da data em que ocorreu a perda patrimonial, desvio, apropriação dos bens públicos;
- (B) dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público;
- (C) até cinco anos após a ocorrência da improbidade ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas;
- (D) a qualquer tempo, uma vez que as ações contra atos de improbidade são imprescritíveis, por se tratar de bens indisponíveis;
- (E) até dez anos após a ocorrência da improbidade ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades públicas.

42 – Com base no Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado do Espírito Santo, **não** será considerada circunstância atenuante, no que se refere às penas disciplinares dos servidores, o fato de o servidor público ter:

- (A) reparado o dano civil antes do julgamento;
- (B) cometido a infração sob coação irresistível de superior hierárquico ou sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros;
- (C) confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro;
- (D) cometido o ilícito sem abuso de poder ou premeditação;
- (E) cooperado de forma mínima no cometimento da infração.

43 – Em relação ao processo administrativo-disciplinar dos servidores públicos do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que:

- (A) será procedido por servidores públicos estaduais efetivos, designados para tal fim, devendo ser concluído no prazo de 20 (vinte) dias a contar da data da sua designação;
- (B) a sindicância poderá ser prorrogada por, no máximo, 10 (dez) dias, desde que haja motivo justo;
- (C) o processo se inicia com a notificação do responsável e termina com a conclusão do inquérito administrativo, o qual será encaminhado à autoridade competente para apreciação e julgamento;
- (D) será conduzido, nas fundações públicas, por comissão composta de, pelo menos, três servidores públicos efetivos e estáveis, designados pela Secretaria de Estado responsável;
- (E) verificada a existência de veementes indícios de responsabilidades, a autoridade instauradora poderá ordenar o afastamento do servidor público do exercício do cargo pelo prazo de 90 (noventa) dias.

**44** – A reintegração é uma forma válida para o provimento de cargos públicos, que consiste no(a):

- (A) reaproveitamento do servidor público ativo afastado por motivo de licença, com ou sem remuneração, ou daquele que fora posto em disponibilidade;
- (B) volta do servidor público estável ao cargo que ocupava anteriormente, correlato ou transformado, decorrente de sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;
- (C) retorno à atividade, do servidor público aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos de sua aposentadoria e julgado apto em inspeção médica oficial;
- (D) re-investidura do servidor público estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão, por decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens permanentes;
- (E) reingresso do servidor colocado à disposição de outro órgão público, dentro da mesma carreira, obedecidos os requisitos e critérios estabelecidos nas leis que instituírem os respectivos planos de carreiras e de vencimentos.

**45** – Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o total da despesa com pessoal ativo e inativo do Estado do Espírito Santo, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e, repartindo-se esse limite global entre os órgãos, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo não poderá exceder o percentual de:

- (A) 0,6% (seis décimos por cento);
- (B) 1,0% (um por cento);
- (C) 1,5% (um inteiro e cinco décimo por cento);
- (D) 2,0% (dois por cento);
- (E) 3,0% (três por cento).

**46** – Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, considere as seguintes afirmativas:

- I – Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, à título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- II – Para fins de aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e previdência social.
- III – Para o recebimento de transferências voluntárias, há necessidade de comprovação por parte dos beneficiários de alguns requisitos, entre eles, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde e estar em dia quanto ao pagamento de tributos e empréstimos devidos a todos os entes, inclusive ao ente transferidor.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas;
- (B) II, apenas;
- (C) III, apenas;
- (D) I e III, apenas;
- (E) I, II e III.

**47** – São motivos de rescisão do contrato, com base na Lei Federal nº 8666/93, **exceto**:

- (A) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- (B) cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
- (C) paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- (D) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- (E) atraso superior a 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados.

**48** – A Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro **não** adotou a:

- (A) teoria da culpa administrativa no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado;
- (B) proibição ao enriquecimento ilícito e ao abuso de direito;
- (C) boa fé objetiva nos contratos;
- (D) união estável como entidade familiar;
- (E) teoria do negócio jurídico.

**49** – Considerando a evolução histórica no Brasil, o sistema processual penal adotado é:

- (A) inquisitivo;
- (B) acusatório;
- (C) misto;
- (D) punitivo;
- (E) valorativo.

**50** – O artigo 7º do Código Penal **não** considera caso de extraterritorialidade incondicionada os crimes:

- (A) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;
- (B) contra a administração pública, por quem está a seu serviço;
- (C) que, por tratados ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir;
- (D) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil;
- (E) contra o patrimônio ou a fé pública das entidades federativas.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**51** – A ação direta de constitucionalidade **não** poderá ser proposta:

- (A) por Mesa de Assembléia Legislativa;
- (B) por Conselho Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil;
- (C) pela Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- (D) por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- (E) por Governador de Estado ou do Distrito Federal.

**52** – Na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á:

- (A) procedente ação direta ou prejudicada eventual ação declaratória;
- (B) procedente ação direta ou improcedente eventual ação declaratória;

- (C) procedente ação direta ou procedente eventual ação declaratória;
- (D) prejudicada a ação direta ou improcedente eventual ação declaratória;
- (E) improcedente ação direta ou prejudicada eventual ação declaratória.

**53** – A declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta, em regra, considera de nenhum efeito os atos praticados na vigência da lei ou ato normativo inconstitucional. Entretanto, a Corte Constitucional poderá restringir os efeitos da declaração, observando que:

- (A) deverá ser por maioria de 3/5 (três quintos) de seus membros;
- (B) limitar-se-á as partes em favor de quem for proferida a declaração;
- (C) terá em vista razões de segurança jurídica;
- (D) iniciará a eficácia da declaração a partir do trânsito em julgado, salvo se a decisão fixar expressamente outro momento;
- (E) estará limitada à resolução de litígios reiterados e de interesses sociais.

**54** – Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **exceto**:

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento;
- (B) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- (C) equidade na forma de participação no custeio;
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- (E) unicidade da base de financiamento.

**55** – Uma Emenda Constitucional, em tese, poderia abolir:

- (A) a rigidez para criação de norma constitucional;
- (B) o voto direto, secreto, universal e periódico;
- (C) o sistema presidencialista de governo;
- (D) a temporariedade dos mandatos eletivos;
- (E) as competências residuais dos Estados federados.

**56** – São matérias substancialmente constitucionais, **exceto**:

- (A) norma que proclama o titular do poder;
- (B) separação e respectivas atribuições dos poderes políticos;
- (C) garantias e direitos fundamentais das pessoas;
- (D) ordem econômica e financeira do Estado;
- (E) forma federativa de Estado.

## DIREITO CIVIL

**57** – “A” celebrou contrato verbal de comodato com “B”, tendo emprestado, a título gratuito, um automóvel, pelo prazo de 3 (três) meses. Entretanto, no segundo mês, “B” foi vítima de um assalto em uma rua movimentada, quando voltava para casa, tendo que entregar o automóvel aos bandidos; o automóvel jamais foi recuperado pela polícia. Nessa situação:

- (A) poderá o comodante exigir do comodatário perdas e danos;
- (B) resolve-se o contrato e o comodante suportará o prejuízo da perda do automóvel;
- (C) poderá constituir em mora o comodatário, até restituição do valor do automóvel, arbitrado pelo comodante;

- (D) terá o comodatário que restituir ao comodante outro automóvel da mesma espécie e qualidade;
- (E) suportam ambos os contratantes, solidariamente, o prejuízo.

**58** – O menor entre dezesseis e dezoito anos não pode invocar a sua idade para eximir-se de uma obrigação se:

- (A) o ato resultou da autorização de terceiro;
- (B) no ato de obrigar-se, foi esclarecido de seus direitos e obrigações pela outra parte;
- (C) ocultou culposamente quando inquirido pela outra parte;
- (D) ao tempo da alegação já tiver completado dezoito anos;
- (E) no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

**59** – Sobre a anulabilidade do negócio jurídico é **incorreto** afirmar que:

- (A) não tem efeito antes de julgada por sentença;
- (B) decai em dois anos o direito de pleitear-se a anulação, no caso de coação, do dia em que ela cessar;
- (C) só os interessados a podem alegar;
- (D) aproveita exclusivamente aos que a alegarem;
- (E) aproveita aos que não a alegarem no caso de solidariedade ou indivisibilidade.

**60** – Os bens singulares são os que:

- (A) existem sobre si, cuja existência não supõe a do principal;
- (B) utilizados, importa destruição imediata da própria substância;
- (C) não se podem fracionar sem alteração na sua substância;
- (D) embora reunidos, se consideram de *per si*, independentemente dos demais;
- (E) naturalmente divisíveis podem tornar-se singulares por determinação de lei.

**61** – Segundo o Código Civil, o silêncio, no negócio jurídico, importa:

- (A) desaprovação, em qualquer circunstância;
- (B) anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;
- (C) anuência, somente nos casos em que não se possa exigir declaração de vontade expressa;
- (D) nulidade absoluta, por falta de manifestação de vontade;
- (E) anulabilidade do negócio, se houver expressa manifestação de vontade posterior em sentido contrário.

**62** – Quando os juros moratórios por inadimplemento da obrigação não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão:

- (A) arbitrados pelo credor, podendo o juiz reduzi-lo, mas tendo sempre em conta o seu caráter de penalidade;
- (B) estabelecidos segundo regras próprias ao negócio jurídico e costumes relacionados;
- (C) fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional;
- (D) judicialmente estabelecidos, no máximo no valor de 1% (um por cento) sobre o valor total da obrigação;
- (E) considerados inexistentes, por falta de convenção ou previsão legal.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**63** – Constitui(em) recurso contra decisão que resolver a impugnação ao cumprimento da sentença, quando não importar extinção da execução:

- (A) embargos à execução;
- (B) apelação;
- (C) agravo de instrumento;
- (D) pedido de reconsideração;
- (E) embargos de devedor.

**64** – Verifica-se o litisconsórcio quando as partes do processo se compõem de várias pessoas. A opção a seguir que **não** se refere a uma classificação ou espécie de litisconsórcio é:

- (A) inicial ou incidental;
- (B) próprio ou impróprio;
- (C) necessário ou facultativo;
- (D) unitário ou simples;
- (E) ativo ou passivo.

**65** – Segundo o Código de Processo Civil, poderá oferecer oposição quem:

- (A) pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu;
- (B) detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandado em nome próprio;
- (C) estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo da parte que perder a demanda;
- (D) for devedor solidário, quando o credor exigir de um ou de alguns deles, parcial ou totalmente, a dívida comum;
- (E) pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas.

**66** – Estão relacionados aos pressupostos processuais, **exceto**:

- (A) inexistência de nulidade prevista na legislação processual;
- (B) competência do juiz para a causa;
- (C) capacidade civil das partes;
- (D) legitimidade das partes;
- (E) inexistência de litispendência.

**67** – De acordo com a Emenda Constitucional n.º 45/04, para admissão do recurso extraordinário, o recorrente deverá:

- (A) cuidar para que, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente, abranger todos eles;
- (B) demonstrar repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso;
- (C) argumentar o descumprimento de preceito fundamental;
- (D) evidenciar que a decisão recorrida não deu razoável interpretação à lei, ainda que não seja a melhor;
- (E) comprovar que foi ventilada, na decisão recorrida, a questão constitucional.

**68** – O Ministério Público **não** tem competência para intervir em:

- (A) todos os inventários ou partilhas;
- (B) ações de usucapião especial urbana;
- (C) causas concernentes ao estado da pessoa;
- (D) causas concernentes à disposição de última vontade;
- (E) ações que envolvam litígio coletivo pela posse de terra rural.

## DIREITO PENAL

**69** – Dentre os elementos que caracterizam o fato típico, **não** está incluída(o):

- (A) a conduta (ação ou omissão);
- (B) o resultado;
- (C) a relação de causalidade;
- (D) a antijuridicidade;
- (E) a tipicidade.

**70** – A preempção, prevista no Código Penal, é a:

- (A) revogação do livramento condicional;
- (B) causa extintiva da punibilidade;
- (C) circunstância que sempre atenuará a pena;
- (D) perda do direito a reabilitação;
- (E) obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

**71** – A culpabilidade é condição para imposição da pena, que pode ser excluída pelas causas elencadas a seguir, **exceto**:

- (A) coação irresistível;
- (B) inimputabilidade;
- (C) obediência hierárquica;
- (D) erro provocado por terceiro;
- (E) erro de proibição.

**72** – Se um funcionário público concorre culposamente para o crime de peculato contra a Administração Pública, tendo, contudo, providenciado a reparação do dano antes da sentença irreversível, decorrerá, em relação à aplicação de pena, a:

- (A) redução de um terço da pena imposta;
- (B) extinção de punibilidade;
- (C) redução pela metade da pena imposta;
- (D) aplicação de causa genérica de diminuição da pena;
- (E) exclusão da culpabilidade.

**73** – A denominação jurídica do crime cuja conduta típica consiste em patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é:

- (A) patrocínio infiel;
- (B) favorecimento real;
- (C) advocacia administrativa;
- (D) favorecimento pessoal;
- (E) tráfico de influência.

74 – Considerando que nos tipos penais de crime permanente, a consumação se prolonga no tempo, a solução no caso de advir lei penal mais grave, se a vigência da nova lei é anterior à cessação da permanência, é aplicar:

- (A) a lei penal mais grave, nos termos do enunciado da Súmula n.º 711 do Supremo Tribunal Federal;
- (B) necessariamente, a lei penal mais benéfica ao acusado, pelo princípio da anterioridade da lei penal, consagrado no inciso XXXIX, art. 5º, da Constituição Federal;
- (C) a lei penal vigente no início da execução do crime, pois se considera, nesses casos, o crime consumado, nos termos do art. 14, inciso I do Código Penal;
- (D) a lei penal mais benéfica pela orientação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça;
- (E) a lei penal que mais tempo vigeu durante a permanência do crime, considerando o princípio constitucional da razoabilidade.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

75 – Pelo princípio constitucional da presunção de inocência, pode-se inferir que:

- (A) o estado de inocência somente pode ser mudado com a declaração de uma sentença judicial definitiva;
- (B) a denúncia de uma infração penal fundamenta-se na certeza de que o acusado é culpado;
- (C) o acusado, obrigado a provar sua inocência, terá à disposição todos os meios disponíveis de defesa;
- (D) a presunção de inocência impede restrições à liberdade do acusado antes da sentença definitiva;
- (E) o estado de inocência, para efeito de persecução criminal, pode ser afastado excepcionalmente pela dúvida razoável quanto à culpabilidade do acusado.

76 – No que se refere à prisão em flagrante delito, é correto afirmar que:

- (A) as pessoas do povo não poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito, uma vez que a ordem pública exige que a prisão de criminosos seja promovida somente pelas autoridades policiais e seus agentes;
- (B) no flagrante impróprio, quando o agente foge após o crime e é perseguido, a prisão em flagrante delito somente poderá ser efetuada durante o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ocorrência da infração penal;
- (C) cotejando o fato de que o crime permanente se prolonga no tempo com a momentaneidade da situação de flagrância, infere-se a inadmissibilidade do flagrante delito nas infrações permanentes;
- (D) na falta ou no impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade competente lavrará o auto de prisão em flagrante, desde que previamente seja prestado o compromisso legal;
- (E) descaracteriza o flagrante se o agente não for encontrado cometendo o crime, ainda que seja encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

77 – A prevenção é um critério de determinação da competência. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que a inobservância da competência penal por prevenção decorre uma:

- (A) ausência de pressuposto para validade do processo;
- (B) carência de condição da ação penal;
- (C) nulidade relativa;
- (D) nulidade absoluta;
- (E) mera irregularidade processual.

78 – Sobre o inquérito policial, é **incorreto** afirmar que:

- (A) o inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso, para que a autoridade policial possa diligenciar as medidas necessárias à elucidação do fato ou por exigência do interesse público;
- (B) ao receber o inquérito policial, o Promotor de Justiça poderá requerer diligências imprescindíveis, oferecer denúncia ou requerer o arquivamento;
- (C) a autoridade policial, verificada a ausência de justa causa, deverá mandar arquivar os autos do inquérito;
- (D) arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas;
- (E) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade policial.

79 – A ação penal **não** pode ser:

- (A) pública incondicionada;
- (B) pública condicionada à representação do ofendido;
- (C) pública condicionada à requisição do Procurador-Geral de Justiça;
- (D) privada subsidiária da ação pública;
- (E) privada exclusiva.

80 – Sobre as provas admitidas no processo penal, é **incorreto** afirmar que:

- (A) a confissão, ainda que verossimilhante e repetida, não se constitui, por si só, prova plena da culpabilidade do acusado;
- (B) o Código de Processo Penal dispõe que o interrogatório do acusado deve ser feito no curso do processo e que sua falta é causa de nulidade;
- (C) não sendo possível o exame do corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta;
- (D) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova, observando, contudo, no processo, a inadmissão constitucional de provas obtidas por meios ilícitos;
- (E) pelo princípio da liberdade dos meios de prova, no juízo penal, somente quanto ao estado das pessoas, não serão observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.



**Núcleo de Computação Eletrônica**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prédio do CCMN - Bloco C  
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - RJ  
Central de Atendimento - (21) 2598-3333  
Internet: <http://www.nce.ufrj.br>